

**HABEAS CORPUS Nº 564.962 - SP (2020/0055898-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : GUSTAVO DE FALCHI  
**ADVOGADO** : GUSTAVO DE FALCHI - SP315913  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ANDREIA DE CAMPOS PIRES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**EMENTA**

PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. POSSIBILIDADE. FILHOS DA PACIENTE MENORES DE 12 ANOS DE IDADE. HC COLETIVO N. 143.641/SP (STF). PROTEÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA. PRIORIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO.

Ordem concedida nos termos do dispositivo. PExt n. 00123701/2020 prejudicado.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Andreia de Campos Pires**, em que se aponta como autoridade coatora o Desembargador Relator da Oitava Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, que indeferiu a liminar no *habeas corpus* lá impetrado, mantendo a prisão preventiva decretada em desfavor da paciente pela suposta prática dos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico de drogas.

Neste *writ*, a defesa alega constrangimento ilegal na prisão preventiva da paciente, visto que a *decisão que contraria totalmente os princípios de humanidade, vez que a novel redação legal, concede à todas as acusadas que pousem filhos menores, o direito de aguardarem em prisão domiciliar* (fl. 4).

Requer, assim, a concessão liminar da ordem para substituir a prisão preventiva pela domiciliar, *com a consequente substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar, nos termos do artigo 318, inciso V, do Código de Processo Penal, respaldado pela decisão proferida pelo STF em HC n. 143.641/SP. Subsidiariamente, caso assim não se entenda, requer-se a observação das demais medidas cautelares previstas no artigo 319 do mesmo diploma* (fl. 13).

A liminar foi deferida às fls. 42/44.

Às fls. 49/54, a defesa da acusada Tamara Mendes Ananias da Silva (fls. 49/54) apresentou pedido de extensão dos efeitos da liminar ora deferida; em seguida, determinei o encaminhamento dos autos ao Ministério Público Federal para parecer (fl. 162).

Informações prestadas às fls. 168/186 e 190/213.

O Ministério Público Federal emitiu parecer pelo não conhecimento do *writ*, mas pela concessão da ordem, de ofício, para que o Tribunal julgue imediatamente o mérito, inclusive do pedido de extensão (fls. 215/217).

É o relatório.

De início, informo que o pedido de extensão se encontra prejudicado, visto que, nos autos do HC n. 565.989/SP, a liminar foi deferida por este Relator, substituindo a prisão preventiva pela domiciliar.

Passo, agora, à análise do presente *mandamus*.

*In casu*, destacou o Magistrado de piso que *a autuada Andréia também teria sido apreendida na posse de entorpecentes, 'kits' já predispostos à distribuição e segundo os demais elementos dos autos, seria a pessoa responsável pela posse ou detenção daquele imóvel em que os demais autuados estariam no fracionamento e embalagem da razoável quantidade e variedade de drogas apreendidas* (fl. 18).

Da análise dos autos, verifica-se que, apesar das relevantes considerações realizadas pelo Juízo singular, entendo adequada ao caso a substituição da prisão preventiva pela domiciliar, visto que a paciente se enquadra nas situações da ordem concedida pela Suprema Corte no julgamento do HC n. 143.641/SP, assim, verifico presentes a probabilidade do direito alegado e o risco de dano, elementos indispensáveis à concessão da ordem.

Note-se que as condutas em tese perpetradas não foram cometidas mediante grave ameaça ou violência, tampouco contra seus descendentes, sendo que a paciente

possui filhos menores de 12 anos de idade, preenchendo, portanto, os requisitos elencados no mencionado *habeas corpus* coletivo, julgado pelo Supremo Tribunal Federal, para a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar.

Ademais, não se constata, da análise do v. acórdão recorrido, situação excepcionalíssima que impeça a concessão do benefício, razão pela qual a concessão da ordem, com base no princípio do melhor interesse da criança, é medida que se impõe.

No mesmo sentido:

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS. CUSTÓDIA PREVENTIVA. SUBSTITUIÇÃO POR PRISÃO DOMICILIAR. FILHO MENOR DE 12 ANOS. HC COLETIVO N. 143.641/SP DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ARTS. 318-A E 318-B DO CPP. IMPOSSIBILIDADE. SITUAÇÃO EXCEPCIONAL. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. É cabível a substituição da prisão preventiva pela domiciliar, sem prejuízo da aplicação concomitante das medidas alternativas previstas no art. 319 do CPP, para toda mulher presa, gestante, puérpera, ou mãe de criança e deficientes sob sua guarda, enquanto perdurar tal condição, excetuados os casos de crimes praticados por elas mediante violência ou grave ameaça, contra seus descendentes ou, ainda, em situações excepcionalíssimas, as quais deverão ser devidamente fundamentadas pelos juízes que denegarem o benefício, conforme entendimento da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do HC n. 143.641/SP que concedeu *habeas corpus* coletivo. Foram inseridas, no diploma processual penal, normas consentâneas com o referido entendimento jurisprudencial (arts. 318-A e 318-B do CPP).

2. O Juiz de primeiro grau, ao decretar a custódia preventiva da paciente, ressaltou que ela integra organização criminosa e era responsável pela intermediação da venda de considerável quantidade de drogas, além de avisar aos demais integrantes sobre eventual mandado de prisão expedido. Além disso, pontuou que a paciente, foi "presa novamente em flagrante delito sob a acusação de tráfico de entorpecentes nos autos do processo que tramita sob o número 0001231-95.2019.8.14.0013 nesta comarca, razão pela qual fora revogada a prisão domiciliar".

3. Tais circunstâncias demonstram a caracterização de situação não descrita na Lei n. 13.469/2018 e que configura a excepcionalidade prevista pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do HC coletivo n. 143.641/SP.

4. Recurso não provido.

(RHC n. 114.004/PA, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 17/3/2020)

*HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS (CERCA DE 10G DE MACONHA E 10G DE CRACK). PREVENTIVA. NEGATIVA DE PRISÃO DOMICILIAR COM BASE EXCLUSIVA NA REINCIDÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA NA ESPÉCIE. PACIENTE MÃE DE DOIS FILHOS COM IDADE INFERIOR A 12 ANOS (4 e 3). HIPÓTESE ABRANGIDA PELO HC COLETIVO N.º 143.641/SP DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E NÃO OBSTADA PELA LEI N.º 13.769/2018. ORDEM DE *HABEAS CORPUS* CONCEDIDA.

1. Segundo manifestações no âmbito desta Corte, "[a] mera reincidência não é

motivo suficiente para, per si, afastar a excepcionalidade da custódia preventiva nos casos de gestante ou mãe de infantes menores de 12 anos, pois não importa em risco inequívoco à infância e à sua proteção" (RHC 111.566/SC, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 06/08/2019, DJe 13/08/2019).

2. Na espécie, embora reincidente, a Paciente possui dois filhos com idade inferior a 12 anos (4 e 3), o crime não foi praticado mediante violência ou grave ameaça tampouco contra seus descendentes, de modo que o caso em apreço (em que foram apreendidos cerca de 10g de maconha e 10g de crack) se amolda à hipótese de prisão domiciliar concedida em habeas corpus coletivo pelo Supremo Tribunal Federal (HC n.º 143.641/SP, Rel. Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/02/2018) e não fica obstada nos termos da Lei n.º 13.769, de 19/12/2018.

3. Ordem de habeas corpus concedida para substituir a prisão processual imposta à Paciente por prisão domiciliar, nos termos do art. 318-A do Código de Processo Penal, até o eventual trânsito em julgado da condenação, se por outro motivo não estiver presa, mediante condições a serem definidas pelo Juízo de primeiro grau.

(HC n. 502.524/GO, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 16/3/2020)

**HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE CONDENAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREJUDICIALIDADE. PRISÃO DOMICILIAR. ART. 318-A, V, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - CPP. POSSIBILIDADE. FILHO MENOR DE 12 ANOS. AUSÊNCIA DE EXCEPCIONALIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.**

1. Por se tratar de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração não deve ser conhecida, segundo a atual orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal - STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça - STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

2. A superveniência de sentença condenatória, com o início da execução provisória da pena não prejudica o pleito de prisão domiciliar.

3. Após a publicação da Lei 13.769/2018, que introduziu o art. 318-A ao Código de Processo Penal, a 3ª Seção desta Corte Superior manteve o entendimento de que é possível ao julgador indeferir a prisão domiciliar a mães de crianças menores de 12 anos, quando constatada, além das exceções previstas no dispositivo, a inadequação da medida em razão de situações excepcionalíssimas, nos termos do entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal - STF no julgamento do HC Coletivo n. 143.641/SP.

4. Na hipótese, o delito imputado à paciente não envolve violência ou grave ameaça e nem foi praticado contra seus descendentes, tendo as instâncias ordinárias negado a prisão domiciliar, em razão das circunstâncias do crime, destacando a excessiva quantidade das drogas apreendidas em seu poder (362g de crack e 53g de cocaína).

5. Embora se observe a gravidade concreta do delito e a reprovabilidade da conduta da paciente, aptos a justificar a prisão preventiva, é certo que da situação evidenciada não revela excepcionalidade que justifique o indeferimento da prisão domiciliar, nos termos do que dispõe o art. 318-A do CPP, especialmente considerando não ter sido demonstrado que a traficância estaria sendo realizada na residência da paciente ou na presença da criança, comprometendo sua segurança.

# *Superior Tribunal de Justiça*

6. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida para, substituir a prisão preventiva por domiciliar, ainda que mediante a aplicação concomitante de medidas cautelares alternativas.

(HC n. 477.768/SC, Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe 23/3/2020)

Ante o exposto, **concedo** a ordem, confirmando a liminar deferida, para substituir a prisão processual imposta à paciente por prisão domiciliar, nos termos do art. 318-A do Código de Processo Penal, até o eventual trânsito em julgado da condenação, salvo se por outro motivo estiver presa, mediante condições a serem definidas pelo Juízo de primeiro grau.

**Julgo prejudicada** a análise do PExt n. 00123701/2020, de fls. 49/54.

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator